

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

A ESCRAVIDÃO NEGRA NO RIO GRANDE DO NORTE:
HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

Maria Gernádia Moura

Natal/1998

Maria Gernádia Moura

A ESCRAVIDÃO NEGRA NO RIO GRANDE DO NORTE: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA.

**Monografia apresentada à disciplina Pesquisa
Histórica II, do curso de História da Universidade
Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação
da professora Denise Mattos Monteiro.**

Natal/1998

A toda minha família compartilha pelo amor e
carinho ao longo da vida.

AGRADECIMENTOS.

A Deus por ter me concedido forças para a realização do trabalho.

A professora Denise Mattos Monteiro pela orientação da pesquisa e indicação do tema. E principalmente por ter acreditado neste trabalho, não sendo, no entanto, responsável por suas falhas e lacunas, todas de responsabilidade da autora.

A professora Aurinete Girão, pelo carinho dispensado e a boa vontade de ajudar.

A professora Graça Brandão por ter me fornecido subsídios para a realização da pesquisa.

A professora Maria Lúcia de Fátima Dias pelo apoio incondicional ao trabalho.

A minha amiga Viltany, pela amizade de sempre e pelo incentivo durante a pesquisa.

As minhas amigas, Ana Verônica, Adriana Pimenta, Márcia Cecília, Milena Lopes, Jaqueline Fonseca e Lécia Figueiredo, pelos momentos que passamos juntas trocando idéias, procurando vencer mais uma etapa de nossa formação intelectual.

Aos meus tios, Assis Costa e Verônica de Moura Costa, juntamente com seus filhos Ismael de Moura Costa e Ismália de Moura Costa, pela colaboração neste trabalho.

A minha mãe Valdeci de Moura e aos meus irmãos Graça Moura, Gerlúcia Moura, Gilson Moura e Genilson Moura pela paciência e incentivo durante a realização deste trabalho.

Aos meus avós Antônio Izidro de Moura e Eurides Francelino de Moura, por tudo o que proporcionaram durante minha vida.

Aos demais tios e primos pelos créditos de confiança, incentivo e amor a mim dispensados.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
I A ESCRAVIDÃO NEGRA NO BRASIL.	7
II A ESCRAVIDÃO NEGRA NO RIO GRANDE DO NORTE.	13
III A HISTORIOGRAFIA CLÁSSICA NORTE-RIO-GRANDENSE E O TEMA DA ESCRAVIDÃO NEGRA.	20
CONCLUSÃO	26
BIBLIOGRAFIA	28

INTRODUÇÃO

A Escravidão está presente no mundo desde tempos remotos. É caracterizada pela sujeição de um homem pelo outro de forma completa.

Milhares de africanos foram trazidos para o Brasil com o objetivo do trabalho servil e braçal na lavoura, nas minas e nos serviços domésticos. O trabalho escravo sustentava a economia colonial, cuja dependência era baseada na agricultura onde precisava-se de muita mão-de-obra para seu desenvolvimento. Durante três séculos (XVI ao XVIII) a escravidão foi praticada e aceita, sem que as classes dominantes questionassem a legitimidade do cativo.

A origem do escravo negro vindo para o Brasil foi do continente africano das mais diversas localidades. Os senhores de engenho davam preferência aos escravos mais jovens e de boa saúde, para melhor aproveitamento nas tarefas que lhes seriam atribuídas.

No Brasil do século XVIII já estava implantada as características do modo de produção para a exploração da colônia. Entretanto havia na província do Rio Grande, todas as dificuldades de colonização e exploração. É a partir desta época que começa a implantar a fase da ocupação efetiva da região, que se inicia de forma lenta e gradual.

Com a vinda da população branca para o Rio Grande, trouxe consigo os escravos negros, procedentes de Pernambuco, Ceará e Maranhão. Foi durante este período que a economia canavieira estreou em maior escala, paralelamente ao desenvolvimento da cana. Fortalece também o estabelecimento da criação de gado e da cultura do algodão.

Devido a recessão do mercado internacional, provocado pelos movimentos de independência na América do Norte e Central, deu-se um aumento da produção açucareira no Rio Grande do Norte e, conseqüentemente, de escravos, não chegando a atingir um número compatível, a regiões de grande produção açucareira.

A vida dos escravos nas fazendas era bastante diferente daqueles que viviam nos engenhos (litoral). Os que trabalhavam nas fazendas transformaram-se em vaqueiros, diferentemente dos que trabalhavam nos engenhos, onde os senhores eram bem mais rígidos. Nas fazendas as relações entre senhor e escravo era bem flexível.

O processo escravista no Brasil traz em si vários segredos a serem desvendados, despertando a atenção para seu estudo, principalmente ao que se refere a condição humana do escravo.

A nossa proposta é analisar o tema da escravidão negra no Rio Grande do Norte através de três clássicos: Tavares de Lyra, Rocha Pombo e Câmara Cascudo. Pretendemos mostrar como cada autor trata o tema. Visto que este trabalho, em âmbito nacional, já foi realizado por diversos autores como: Emília Viotte da Costa, Suely R. R. de Queiroz, Richard Graham, Maria Helena Machado, entre outros. A nível de Rio Grande do Norte trata-se de uma experiência nova.

A historiografia tradicional procura abordar aspectos econômicos como: o estudo da mão-de-obra escrava negra; a sua origem, etc., deixando de lado o seu cotidiano e principalmente ao que se refere a contribuição cultural deixada pelo negro para a formação da sociedade.

Para a realização da pesquisa, utilizamos essencialmente documentação indireta por se tratar de uma análise historiográfica.

Nosso trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro, trata-se da escravidão no Brasil, um breve relato sobre a escravidão brasileira. No segundo capítulo, trataremos da escravidão no Rio Grande do Norte, a chegada dos escravos, o trabalho desempenhado pelos negros, o desenvolvimento da campanha abolicionista até a abolição da escravatura no Rio Grande. No terceiro capítulo, mostraremos como a escravidão negra no Rio Grande do Norte é tratada pelos clássicos: História do Rio Grande do Norte, História do Estado do Rio Grande do Norte e História do Rio Grande do Norte, dos respectivos autores: Tavares de Lyra, Rocha Pombo e Câmara Cascudo. Esta parte constitui na essência do nosso trabalho.

A ESCRAVIDÃO NEGRA NO BRASIL

"A escravidão é uma instituição tão antiga quanto gênero humano e de amplitude universal. Legitimada pelo direito do mais forte, ocorreu em todos tempos e em todas as sociedades."

(Suely R. Reis de Queiroz. *Escravidão negra no Brasil*. p.5)

A escravidão está presente no mundo desde tempos remotos. No Egito, foram os escravos que construíram as pirâmides que "imortalizaram" os faraós. A Mesopotâmia, a Fenícia, a Grécia e a Roma Clássica possuíam grande número de cativos. Na Grécia e em Roma, os escravos constituíam mão-de-obra fundamental nos campos da produção, por isso que a maneira como os povos clássicos organizavam-se para produzir bens materiais era chamado de Modo de Produção Escravista. A escravidão caracteriza-se pela sujeição de um homem pelo outro, de forma completa. Não apenas o escravo é propriedade do senhor, como sua vontade está sujeita a autoridade do dono e seu trabalho pode ser obtido pela força. Esse tipo de exploração não está limitado na compra e venda do trabalho, como acontece no capitalismo, no qual o operário fornece sua força de trabalho ao capitalista por preço determinado, mas mantém sua liberdade formal.

A escravidão moderna na América corresponde a uma instituição diferente da que existiu no mundo antigo. Foi um fenômeno historicamente novo, apresentando discordâncias quanto à origem, funcionamento e significado. Submete povos de vários níveis culturais muito diferentes, utilizando-as como simples máquinas de trabalho. Assim, a escravidão que ocorreu na América assumiu características originais e particulares. Imposta pelo sistema econômico atuante na época moderna, é compreendida como parte desse sistema e como elemento articulador das relações sociais existentes no continente americano, e em particular no Brasil¹.

¹ QUEIROZ, Suely R. Reis de. *Escravidão negra no Brasil*. p.6-8.

A escravidão no Brasil decorre da "descoberta" do país pelos portugueses. Antes da sua vinda não há registros das relações escravistas de produção nas sociedades indígenas. Os casos esporádicos de cativos feitos após lutas entre tribos não afetaram a estrutura econômica nem nas relações de produção no grupo vendedor. Assim, a escravidão constituiu uma nova instituição que se estabeleceu quando os portugueses resolveram explorar as terras brasileiras. Como não encontraram metais preciosos, resolveram implantar a indústria açucareira, sendo uma maneira de garantir a posse da terra, ameaçada pelos franceses, e proporcionar lucros ao Estado luso. A economia açucareira exigiu grande número de escravos, vindos da África. O trabalho de africanos e seus descendentes foi o pilar mais sólido sobre o qual se ergueu a sociedade brasileira. Os escravos negros predominaram nas grandes áreas açucareiras da Bahia e da zona da mata nordestina. Posteriormente, expandiram-se para outras áreas.

A primeira experiência portuguesa com a mão-de-obra escrava não ocorreu primeiramente no Brasil, mas já vinha de bastante tempo atrás. Desenvolveu-se a partir de 1441 quando Antão Gonçalves regressou a uma expedição ao Rio do ouro carregando meia dúzia de azenegues capturados na costa do Saara, na África, para o infante D. Henrique ².

Ao tratar da escravidão negra no Brasil, não podemos deixar de registrar um fato importante que foi a escravização do gentio, anterior a negra. A princípio, os índios trabalhavam na extração do pau-brasil, fornecendo a madeira para os portugueses. Depois foram submetidos ao regime escravista que permitiu aos portugueses darem início a tarefa de reconhecimento territorial e exploração econômica do Brasil, facilitando-lhe a fixação e os meios de subsistência na nova colônia. O pau-brasil foi substituído pela cultura da cana-de-açúcar.

Segundo Goulart³, a mão-de-obra indígena não tinha condições de produzir a energia necessária ao aproveitamento das riquezas que se queriam extrair do Novo Mundo, por isso observou-se a necessidade da implantação do

² GOULART, Maurício. *Escravidão africana no Brasil*. p. 17.

³ Id., *ibid.*, p.41.

escravo negro. A atuação dos dominicanos e dos jesuítas concorreram para a libertação dos índios, dificultando o seu apresamento, com isso contribuíram para o desenvolvimento da escravatura negra. No entanto, não podemos atribuir aos jesuítas e aos dominicanos a introdução dos africanos no Brasil. As circunstâncias são muito mais complexas. Outros elementos são mais importantes para explicar a escravidão negra.

A utilização da mão-de-obra escrava indígena mostrou-se inadequada para o sistema utilizado na colonização do território brasileiro. Paulatinamente, a mão-de-obra escrava indígena foi sendo substituída pela mão-de-obra africana. Tudo isso para atender ao mercado do tráfico negreiro, já que a escravidão constitui um rendoso negócio. As atividades econômicas exigiam crescente número de mão-de-obra e o escravo era uma mercadoria que se podia comprar barato para vender caro. Nesse sentido, como a colônia (Brasil) deveria servir aos interesses da metrópole (Portugal), os portugueses optaram em realizar a escravização do negro no lugar do índio, devido aos altos lucros proporcionados pela comercialização dos cativos africanos.

Assim, desde meados do século XV, os portugueses haviam estabelecido um comércio significativo de negros escravos para o reino como também para as ilhas do Atlântico que se dedicavam ao cultivo da cana e de outros artigos. Esse tráfico dava grandes lucros ao mercantilismo luso, do qual era peça essencial. A existência desse tráfico foi sem dúvida, a razão para o uso em larga escala do escravo africano nas lavouras brasileiras, cuja a própria existência foi determinada pelo mercantilismo luso, tendo portanto, que se subordinar ao mecanismo deste⁴.

Ainda não se tem um consenso sobre a data inicial do embarque de africanos para o Brasil. De qualquer forma a importação de negros só atingiria alguma relevância na medida em que se expandiu bastante a cultura canavieira na segunda metade do século XVI. Até o século XVIII o Brasil não era o principal receptor de africanos. Embora houvesse grandes necessidades, os senhores brasileiros sentiam grandes dificuldades em comprá-los, devido aos preços altos,

⁴ MENDES JUNIOR, Antônio, RONCARI, Luis, MARANHÃO, Ricardo. *Brasil História*. p.104.

além disso os escravos só eram vendidos nos principais portos como o da Bahia. Os escravos que vieram para o Brasil pertenciam a dois grupos distintos: Sudaneses e Bantos. Ambos abrangendo subgrupos étnicos de significativa diversidade.

Nos navios usados para o tráfico de negros de modo geral, pequenos e infectos, muitos deles morriam. Os sobreviventes eram expostos à venda na cidade. Alimentavam-se de carne salgada, farinha de mandioca, feijão e, às vezes, banana da terra. À noite, os negros eram recolhidos aos armazéns, permanecendo trancados até o dia seguinte. Depois de serem vendidos, os negros eram levados para os engenhos de cana-de-açúcar e para as fazendas dando início ao processo de destruição sócio-cultural do negro, no qual será acentuado durante a adaptação ao trabalho nos engenhos⁵. Aos poucos os negros percebiam as regras do jogo, e se adequavam às condições de trabalho.

Difícilmente adaptavam-se integralmente, e sua cultura anterior era preservada na medida do possível apesar das condições adversas, como forma de auto defesa da manutenção de um mínimo de identidade.

A escravidão negra sustentava a economia brasileira, constituindo um dos seus suportes. Durante a colônia, predominava a atividade agrícola, tendo a cana-de-açúcar como principal produto. A produção era voltada para o mercado externo e executada na grande propriedade. Prevalciam a monocultura e o trabalho escravo. A produção era feita a partir de grandes investimentos em plantações, equipamentos e escravos. O objetivo era a obtenção de grandes lucros. Embora as primeiras lavouras, tenham ocorrido em São Vicente, o pólo político e econômico da economia açucareira era o Nordeste que, desde o século XVI, foi alvo da proliferação dos engenhos, resultando no crescimento do volume do açúcar exportável⁶.

Com a ocupação holandesa em parte do Nordeste, os flamengos aprenderam as técnicas da produção açucareira. Depois de sua expulsão em 1654 os batavos fixaram-se nas Antilhas, onde montaram uma indústria açucareira que fez concorrência ao açúcar brasileiro, produzindo uma mercadoria de melhor

⁵ Id., *ibid.*, p. 106.

⁶ QUEIROZ, Suely R. Reis de Op., *cit.*, p. 21-22.

qualidade. Em conseqüência ocorreu a queda dos preços. A economia brasileira foi fortemente abalada.

A recuperação da economia brasileira ocorreu quando, a partir do final do século XVII, foram descobertas jazidas auríferas no interior do Brasil, nos atuais estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, predominando até a metade do século XVIII. A mineração tornou-se o setor mais desenvolvido economicamente no Brasil, deslocando o eixo econômico do Nordeste para o centro sul exigindo a transferência da sede do governo que antes era em Salvador, na Bahia, para o Rio de Janeiro.

A mineração favoreceu a criação de um mercado interno na zona do ouro, então desenvolvida nas Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, no instante em que houve a necessidade de abastecimento da área mineradora, diversificando a economia da região. Desenvolveram-se profissões até então pouco praticadas como, o artesão, o funcionário público, o tropeiro e o comerciante. Esses profissionais passaram a constituir um grupo de classe média, perfazendo seu lugar na hierarquia social como intermediário entre os senhores e os escravos. Desta nova classe social comprometida com a escravidão, entraram na sociedade idéias abolicionistas. Mesmo assim os negros permaneceram como mão-de-obra predominante também nas regiões das minas e para a classe média que surgia. Em função desse novo quadro econômico, ocorreu um intenso fluxo de escravos, estimulando-se a importação de africanos para o trabalho nas minas. Com o esgotamento do ouro, houve o declínio da mineração e com isso, voltam as atenções para a agricultura destinada ao mercado externo. No final do século XVIII, houve o desenvolvimento do algodão no Maranhão e do café em São Paulo. Essas atividades agrícolas absorveram considerável número de escravos.

A lavoura cafeeira desenvolveu-se primeiramente no Vale do Paraíba até o primeiro quartel do século XIX. O cultivo do produto nessa área teve um caráter predatório, pois a produção visava obter lucros enormes em pouco tempo, determinando a procura de novas terras que possibilitassem maior rentabilidade. Assim, os produtores estabeleceram-se, no oeste paulista, onde encontraram boas

condições para o plantio. O predomínio da economia cafeeira determinou a concentração de escravos no Sudeste.

A partir da Segunda metade do século XIX, o sistema de trabalho escravo no Brasil, atravessava grande crise. A escravidão, vista como um "mal necessário", estava próxima ao fim. O trabalho escravo era o suporte das atividades econômicas do Império e não havia, aparentemente, substituto possível. É preciso reconhecer que o Brasil ainda dependia do trabalho escravo. Mas é de se considerar que era um sistema absurdo, uma distorção na estrutura do Estado que acabara de ser libertado.

Nos primeiros anos do século XIX, a condenação ao tráfico de negros era geral. O movimento era encabeçado pela Inglaterra. Esse mesmo país, no século anterior, foi o maior traficante mundial de cativos africanos. O desenvolvimento da sua indústria necessitava de maiores mercados consumidores, isto é, de outras regiões que comprassem seus produtos para isso ocorrer, era necessário transformar o escravo num homem livre, para que ele pudesse comprar os produtos ingleses. Assim, a Inglaterra passou a defender o fim do tráfico negreiro. Entre 1806 e 1807, a Grã-Bretanha extinguiu todo o tráfico de escravos nas suas colônias e, em 1833, aboliu a escravidão; passando assim a combater o comércio negreiro fora de suas possessões. Nesse período, o Brasil era o maior importador de cativos e a Inglaterra começou a pressioná-lo para que acabasse com o tráfico escravista. Em 1810, D. João prometeu colaborar no combate ao tráfico negreiro, que tornou-se uma atividade ilegal quando realizada fora do domínio português. Estava criado o pretexto para a Grã-Bretanha perseguir os navios com escravos em alto mar. Em 1831, o Brasil proibiu a importação de escravos cumprindo sua parte no acordo com os ingleses. Mesmo assim, o comércio de cativos não cessou. Em 1850, foi decretada a Lei Euzébio de Queiroz que proibiu o tráfico negreiro no Brasil. Esta lei resultou na escassez da mão-de-obra, principalmente nas províncias nordestinas. A intensificação do tráfico interprovincial possibilitou que escravos do nordeste deslocassem para o sudeste, pois as atividades econômicas nordestinas (açúcar e algodão) não estavam em alta no mercado externo, obrigando os donos de terras a

venderem seus cativos para os cafeicultores de São Paulo. Essa situação favoreceu a utilização da mão-de-obra livre nacional, principalmente em áreas esvaziadas pelo comércio de escravos entre as províncias.

A elite do café, a essa altura, -tinha consciência de que a abolição era apenas uma questão de tempo. No qual não valia mais a pena investir em trabalhadores negros escravos. Haja vista que mais de um terço dos trabalhadores das plantações de café eram compostas por homens livres.

Em 1871, foi promulgada a Lei Rio Branco, conhecida por Lei do Ventre Livre, que libertava os nascidos a partir daquela data. Essa lei foi encarada como um importante passo para a abolição da escravatura no Brasil. Outra lei que favoreceu para a libertação de escravos foi a Lei Saraiva-Cotegipe, de 1885, que propunha a libertação cativos a partir de mais de 60 anos de idade. Havia uma massa muito numerosa de escravos velhos, cuja manutenção custava muito caro. Esses escravos se recusavam a deixar a casa de seus senhores. A Lei Rio Branco proibia o abandono dos escravos velhos.

O movimento abolicionista foi surgindo aos poucos. O que impulsionou de fato esse movimento, foram os acontecimentos tanto no plano internacional, quanto no nacional, fazendo com que muitos escravocratas percebessem que a solução de seus problemas econômicos não estavam mais na escravidão.

A campanha abolicionista foi desencadeada por várias pessoas, de classes diferentes, que buscavam o mesmo objetivo, a abolição da escravidão. Segundo Suely R. Reis de Queiroz⁷, "o movimento abolicionista foi marcado por avanços e recuos, pequenas vitórias e grandes derrotas, medidas libertadoras de alto alcance propostas no Parlamento resultavam em leis moderadas e ditatoriais, que reprimia o impulso revolucionário."

A abolição da escravatura não trata-se de um acontecimento instantâneo. Passou por diversas etapas ao longo do tempo. Muitas pessoas se destacaram durante esse movimento como: Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, André Rebouças, Luís Gama, José do Patrocínio entre outros. Eram através da imprensa, dos

⁷ Id., *ibid.*, p.86.

comícios, reuniões públicas, associações e clubes, que essas pessoas defendiam sua causa, numa atuação que teve efeito a partir dos últimos anos da década de 60, com a intensidade do movimento abolicionista internacional. Devemos ressaltar também a importância da literatura para o fortalecimento da campanha.

Aos poucos foram surgindo organizações que buscavam o fim da escravidão negra. Em abril de 1870, criou-se no Rio de Janeiro a Sociedade Emancipadora do Elemento Servil. No mesmo ano em São Paulo, surge a Sociedade Redentora da Criança Escrava, formada exclusivamente por mulheres que pretendiam libertar menores. É na década de 80 que associações como esta vão se multiplicar por todo país.

No início de 1888, a escravidão havia sido erradicada em municípios inteiros e o país passava por um momento crítico. A essa altura Minas Gerais e Rio de Janeiro já haviam sido afetados pelo movimento de libertação. Por fim, no dia 13 de maio de 1888 a princesa Isabel assinou a Lei Áurea que extinguiu a escravidão no Brasil.

A abolição da escravatura foi concedida por meio da Lei Áurea, mas podemos dizer que a participação popular foi de fundamental importância, através dos movimentos, comícios, passeatas, etc. Tudo isso sob a liderança dos abolicionistas.

No capítulo seguinte, mostraremos como ocorreu a Escravidão Negra no Rio Grande do Norte.

A ESCRAVIDÃO NEGRA NO RIO GRANDE DO NORTE

"No Rio Grande do Norte há poucos escravos, e quase toda a agricultura é feita por braços livres."

(CASCUDO, Luis da Câmara. História do Rio Grande do Norte. p.47)

Durante o período pré-colonial, os portugueses estavam mais preocupados com o comércio das especiarias (cravo, canela, pimenta do reino, entre outros.) e dos produtos de luxo (tapetes, porcelana etc.) do que colonizar o Brasil. A região que futuramente recebeu o nome de Rio Grande do Norte já era bastante visitada pelos europeus.

Os portugueses vinham para o nordeste potiguar a fim de comercializar o pau-brasil utilizado na fabricação da tinta e do papel. A mão-de-obra usada na extração, era a indígena, que em troca de presentes, realizava o trabalho. Os portugueses não eram os únicos que retiravam o pau-brasil das terras potiguares. Os franceses também contrabandeavam o produto.

Durante a expansão da produção açucareira pernambucana pelo litoral, o Rio Grande do Norte foi incorporado na área colonial portuguesa. Partindo de Olinda, os portugueses conquistaram a orla litorânea até o Maranhão, no período de 1580 até 1616. No decorrer desse período, estabeleceram-se a produção açucareira no litoral e os currais de gado em regiões onde não seria possível plantar a cana-de-açúcar. Tudo isso para suprir a área açucareira de Olinda de alimentos e animais para o trabalho na lavoura. O Rio Grande do Norte, durante esta fase, dedicava-se as atividades econômicas subsidiárias da cana-de-açúcar^B foi durante a ocupação holandesa em Pernambuco e a rápida expansão da indústria açucareira, que o Rio Grande do Norte tornou-se o centro abastecedor da colônia de produtos como carne

e farinha de mandioca. Devido a esse quadro econômico, não havia grande número de escravos na região.

Após a expulsão dos holandeses, no século XVII, a criação de gado começa a se expandir para o sertão. No entanto, a pecuária só se consolidou após a Guerra dos Bárbaros (1683 - 1704), quando os índios foram subjugados pelos colonos portugueses. A criação de gado bovino tornou-se, até os fins do século XIX, a principal atividade econômica do agreste e do sertão potiguar, provocando o povoamento lento dessas regiões⁹.

É por volta da segunda metade do século XVII que os negros africanos chegaram ao Rio Grande do Norte, destinados aos engenhos Cunhaú e Ferreiro Torto. Esses escravos que vieram para o Rio Grande do Norte eram provenientes de Pernambuco. Vale salientar que, antes dessa data, o trabalho escravo foi utilizado na construção do Forte em 1598 e depois na sesmaria de João Rodrigues Colaço em 1600¹⁰. Os cativos vinham do Recife para trabalharem nos engenhos no litoral e nas fazendas de gado nos sertões. Nos engenhos, o trabalho era exaustivo e a forma de controle exercida sobre eles eram muito severas. Nas fazendas, o trabalho dos escravos era mais leve, constituído por empregados domésticos e vaqueiros. No sertão, não havia grande número de negros, pois a atividade econômica principal era a pecuária, e o gado era criado solto, o que facilitava a fuga do escravo.

"A vida do vaqueiro predispunha à democratização. Ignorava-se no sertão o escravo faminto, surrado, coberto de cicatrizes, ébrio de fúria, incapaz de dedicação aos anos ferozes.(...) Centenas ficavam como feitores nas fazendas, sem fiscais, tendo direito de alta e baixa justiça, com respeito ao que dissessem. Nas missões de "dar campo" aos bois fugitivos, indumentárias e alimentação eram as mesmas para os amos e escravos.

⁸ A'RBOCZ, István Imre Lazvíó. *Ensaio sobre a economia do Rio Grande do Norte*. p.17

⁹ Id. *ibid.* p.21

¹⁰ SANTOS, Paulo Pereira dos. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte*. P.81

Os riscos e perigos os mesmos.(...) O ciclo do gado, com a paixão pelo cavalo, as armas individuais, sentimento pessoal de defesa e desafronta, criou o negro solto pelo lado de dentro, violeiro, sambador, ganhando dinheiro, alforriando-se com a viola, obtendo terras criar junto ao amo seu futuro compadre, vínculo sagrado de auxílio mútuo."¹¹

A pecuária predominou no Rio Grande do Norte até meados do Século XIX. A partir de 1850, houve a retração da criação de gado, e a agricultura, sobretudo o cultivo de cana-de-açúcar e algodão, passou a ser a principal atividade econômica: A produção açucareira aumentou significativamente, havendo uma maior produtividade dos engenhos nos vales do Ceará-Mirim, São José de Mipibú, Goianinha, Canguaretama e São Gonçalo. Em 1854, o Rio Grande do Norte exportava 80.749 arrobas de açúcar. Em 1859, 350.000 arrobas. Com o crescimento da produção açucareira na província, durante o século XIX, aumentou o número de escravos. Nesse século, vieram em grande escala muitos negros africanos. Os escravos desembarcavam nos postos de Areia Branca, Mossoró, Macau e em outros no litoral Oeste. Nessa época, vieram negros de Pernambuco e do Maranhão, sendo que a procedência da Segunda superou a primeira. Em 1835, a população negra era de 10.240 habitantes. Em 1855, esse número dobrou, passando a 20.444 habitantes. Em 1870, a população negra subiu para 24.236 habitantes. Após este período em diante, verificou-se o declínio da população negra no Estado. De acordo com o censo de 1874, esse número caiu para 23.467.

Os escravos que vieram para o Rio Grande do Norte eram oriundos de diversas regiões e não apenas uma, como acontecia em outras províncias (Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro). Isso ocorria porque os escravos eram adquiridos por essas províncias em blocos nos mercados brasileiros, enquanto que os cativos que

¹¹ CASCUDO, Luis da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. p.45.

vieram para o Rio Grande do Norte correspondiam a sobra de outros mercados, principalmente de Pernambuco. Assim, era comum existirem escravos de diversas regiões da África em uma mesma senzala, resultando na dificuldade de comunicação dos cativos com os seus senhores¹².

Os descendentes de escravos possuíam características físicas diversificadas. A miscigenação não deixou de existir no Rio Grande do Norte. Seu maior índice ocorreu no interior do estado, visto que em Natal devido ao maior número de habitantes ser aristocrático essa miscigenação não se desenvolveu em grande escala. Por isso, eram raros casos de negros que se casaram com pessoas brancas. A miscigenação no Rio Grande do Norte desenvolveu-se com mais intensidade no interior do que em Natal. Portanto, o negro adaptou-se melhor e conseqüentemente pôde casar-se com pessoas de cor branca e também com índios. O cativo, no sertão, mesmo no período da escravidão, assumiu o papel de vaqueiro, muitas vezes respeitados e com honrarias. Enquanto que no litoral, o negro nunca teria uma vida mais liberta¹³.

No Rio Grande do Norte, o trabalho escravo assumiu características particulares devido ao caráter da sua economia. Segundo Câmara Cascudo, " O Rio Grande do Norte nunca possuiu em número elevado de escravos, nem mesmo compatível com as necessidades da indústria açucareira¹⁴.

No Seridó, onde a pecuária predominava, o número de negros era bastante resumido. Poucos proprietários possuíam escravos. A maioria possuía um só. Isabel Maria da Conceição era dona de trinta e um cativos, constituindo uma exceção à regra. Os escravos tinham uma relação muito flexível com o seu senhor. Muitos trocavam sua força de trabalho por alimentos ou gado (principal riqueza da região), existindo a possibilidade de acumular pecúlio. Os bens acumulados, muitas vezes, eram utilizados para a compra de sua liberdade. Havia casos em que o cativo recebia um pequeno lote de terra para cultivar seu alimento, existindo um protocampesinato escravo, correspondendo a um complemento de suas

¹² LIMA, José Ayrton de. A escravidão negra no Rio Grande do Norte. p.25

¹³ Id. ibid. p.26

¹⁴ CASCUDO, Luis da Câmara. Op. cit. p.188

necessidades. A existência de um protocampesinato reforçou o sistema escravista de produção, pois barateava seu custo e ajudou a reter a mão-de-obra¹⁵.

Quanto aos serviços desempenhados pelos escravos. "As escravas se destacavam nos serviços domésticos, como cozinheiras e costureiras. Domar cavalos, construir cercas para proteger as plantações, abrir cacimbas para abastecimento de água para o rebanho, preparar o solo para o plantio, serviços de pedreiro, eram alguns ofícios entregues aos escravos"¹⁶.

No Rio Grande do Norte tiveram várias localidades fundadas pelos negro escravos, geralmente vinham fugidos de outras províncias vizinhas e se radicavam na região. Entre estas localidades, temos Sibaúma, localidade no município de Goianinha. "A origem dos negros de Sibaúma é duvidosa, mas acredita-se que sejam fugitivos do Quilombo dos Palmares, quando o mesmo foi destruído por Domingos Jorge Velho"¹⁷.

Coqueiros é outra localidade, situada no município de Ceará-Mirim. Os escravos que viviam neste local eram oriundos dos engenhos de Ceará-Mirim e dos municípios circunvizinhos.

A povoação de Zumbi está localizada no município de Touros. Quando foi realizado o primeiro recenseamento em Touros, o povoado de Zumbi tinha 184 pessoas e 31 unidades residenciais. Porém o recenseamento não revela o número de brancos e pretos entre as 184 pessoas.

Os escravos no Rio Grande do Norte tiveram um trabalho importante na penetração pelo litoral norte do Estado, quando povoaram diversas praias. Muitos negros alforriados se tornaram pescadores e, assim, responsáveis pelo surgimento das primeiras colônias de pescadores do Rio Grande do Norte.

No atual município de São Bento do Norte, encontrava-se localizado o distrito de caçara, que foi o antigo reduto de negros, onde eles introduziram a pesca como fator de sobrevivência. Neste local, muito antes da chegada dos negros, já

¹⁵ MATTOS, Maria Regina M. F. *Vila do príncipe (1850 - 1890) - Sertão do Seridó: um estudo de casos da pobreza*. Passim.

¹⁶ Id. *ibid.* p. 122

¹⁷ LIMA, José Ayrton de. *Op. cit.* p. 109

tinha sido área de pesca utilizada pelos índios. Por isso o nome de Caiçara, de origem Tupi-Guarani.

Em Natal, a Ribeira por muito tempo foi o centro de comercialização do negro. Nas Rocas, o Canto do Mangue foi o local utilizado pelo negro para comercializar o seu produto, o peixe. Ainda hoje, o Canto do Mangue é utilizado para o comércio de peixe. Pouca gente tem conhecimento de que o local que hoje é o tradicional Canto do Mangue teve origem no negro africano.

Os cativos alforriados do interior recorriam a caça para sobreviverem. As feiras livres eram utilizadas pelos negros para comercializarem a caça por eles obtida. Além disso, vendiam produtos agrícolas e cerâmicas.

Os escravos do município de Macaíba foram responsáveis pela povoação nas margens dos rios Jundiá e Potengi, dando origem a povoação da região. Além dos escravos que chegavam àquele local como refugiados, encontravam também os negros que viviam como servidores dos fazendeiros da região do Potengi.

Os escravos que viviam nas fazendas localizadas na "Tromba do Elefante", ao receberem suas cartas de alforria, deslocavam-se para a "Serra da Barriguda", atual município de Alexandria. Os escravos fugitivos também conheciam o local. A "Serra da Barriguda" apesar de ter sido um refúgio dos escravos, não foi considerado um "Quilombo" pois os negros não fizeram daquele refúgio uma fortaleza. Com a libertação dos escravos, a serra deixou de ser um refúgio dos negros, porque não havia mais razão para esta finalidade.

No Rio Grande do Norte foram registradas pequenas insurreições negras. O pesquisador Nestor dos Santos Lima, registrou uma no município de Papari (atual Nízia Floresta) e Cascudo registrou outra em Goianinha. Quanto as datas, são confusas, por volta de 1860-70.

Eram freqüentes as revoltas individuais dos escravos e conseqüentemente suas fugas, pelo fato de não serem vigiados com tanta intensidade. Os negros quando fugiam, principalmente os homens, procuravam se esconder em locais de difícil acesso.

Quando os "senhores" conseguiam recuperar os escravos fugidos, os mesmos sofriam punições, que variavam desde chicotadas até ficarem em locais isolados. Essas punições diminuíram quando começaram a surgir nos municípios as campanhas pró-abolição dos escravos.

O movimento abolicionista no Rio Grande do Norte teve um grande número de adeptos. Porém existiam aqueles que defendiam a permanência da escravidão, gerando um clima de antipatia por aqueles que defendiam o movimento de libertação dos escravos negros. Contudo, à medida que a campanha ganhava corpo, aumentava o número de simpatizantes.

O movimento abolicionista se desenvolveu em Natal e também no interior do Estado, principalmente em Mossoró e Açu.

Na cidade de Mossoró iniciou-se uma campanha sistemática em favor da libertação dos escravos. Esta cidade destacou-se por ter sido a primeira do Estado a libertar seus escravos contando com uma ajuda da "Loja Maçônica 24 de Julho", no qual exerceu papel importante na luta contra a escravidão, através de contatos com abolicionistas do Ceará.

A sociedade Libertadora Mossoroense foi outra instituição que deu uma grande ajuda para a libertação dos negros. Foi fundada no dia 06 de janeiro de 1883 e no dia 30 de setembro deste mesmo ano foi libertado todos os escravos de Mossoró. "A população participou ativamente do processo de abolição da escravidão do município"¹⁸.

Açu, possuindo o segundo contingente de escravos na província, forneceu condições para que se desenvolvessem campanhas a favor da libertação de escravos negros. A exemplo de Mossoró, o município de Açu fundou, no dia 13 de maio de 1885, a Associação Legislativa e no dia 24 de julho do mesmo ano foi decretada a libertação de escravos. Segundo Câmara Cascudo¹⁹, em Açu existiam 1.221 escravos, ficando abaixo apenas de Natal, que tinha 1.252.

¹⁸ CASCUDO, Luis da Câmara. Op. cit. p.190

¹⁹ Id., *ibid.*, p.45

²⁰ Id., *ibid.*, p.191

No dia 30 de março de 1887, Carnaúbas libertou seu último escravo. Nesse mesmo ano, Triunfo (atual Augusto Severo) libertou seus escravos no dia 25 de maio.

Em Natal criou-se a Libertadora Norte-Rio-Grandense, no dia 1º de Janeiro de 1888, sob a presidência do Pe. João Maria Cavalcante de Brito. A mesma estava composta por Liberais conservadores e republicanos²⁰

A cidade de Caicó também participou da campanha de libertação dos escravos, no qual recebeu grande influência de outros centros, principalmente do Ceará. Nesta cidade, foi fundada uma Irmandade Sócio-religiosa que recebeu o nome de Irmandade dos Negros do Rosário, que teve sua origem no século XVIII, mais precisamente no dia 27 de dezembro de 1771, com suas raízes históricas no continente Africano²¹.

No município de Currais Novos, o número de escravos era pouco. Mesmo assim a escravidão negra trouxe a sua participação no setor econômico, através do trabalho braçal. E onde o movimento abolicionista encontrou adeptos. Foi graças a Comissão Libertadora de Currais Novos que, a 19 de março de 1888 foram libertados seus escravos.

De qualquer forma, o Rio Grande do Norte se antecipou na abolição da escravidão. primeiro em Mossoró, 1883, (a segunda cidade do Brasil a alforriar seus escravos) depois seguida de Açu, Natal e outros municípios. No entanto, quando a abolição oficial chegou, a província em 1888, existia um número muito pequeno de escravos para serem alforriados.

Na maioria das obras escritas sobre a escravidão negra, o escravo é estudado como um potencial produtivo, inserido num determinado sistema no qual representava peça fundamental. No capítulo seguinte, mostraremos como a historiografia clássica Norte-rio-grandense tratã o tema da escravidão negra no Estado.

²¹ LIMA, José Ayrton de. Op. cit. p.74

A HISTORIAGRAFIA CLÁSSICA NORTE-RIO-GRANDENSE E O TEMA DA ESCRAVIDÃO NEGRA

"A idealização da escravatura, a idéia romântica da suavidade e brandura da escravatura do Brasil, a descrição do escravo leal e do senhor benevolente, amigo do escravo -- interpretações que acabaram prevalecendo em nossa literatura e em nossa história - foram alguns dos mitos forjados por uma sociedade escrava para defender um sistema considerado essencial."

(COSTA, Emília Viotti da. Da senzala à colônia. p. 280)

Em âmbito nacional o tema sobre a escravidão negra já foi bastante discutido nas diversas áreas do conhecimento, como: Economia, Antropologia, Sociologia e principalmente História. Nos últimos tempos, o foco dos estudos a respeito da escravidão negra no Brasil tem se deslocado para outras direções, havendo uma maior preocupação com a conceituação teórica do tema. Os estudiosos dessa problemática tem buscado redirecionar suas análises, principalmente para a necessidade de rever o papel histórico desempenhado pelos escravos, como agente poderoso no processo de formação da sociedade brasileira.

Novas tendências historiográficas tem redundado num alargamento do conhecimento a respeito da escravidão no Brasil à medida em que superam modelos cristalizados nos quais a escravidão por explicada de antemão prescindia de estudos localizados e relegava ao escravo o papel de figurante, incapaz de interagir no processo histórico²².

Interessada na recuperação do processo histórico e em suas mediações multivariadas, a história social tem oferecido contribuições importantes. A abordagem social favoreceu ao historiador a possibilidade de renovação do conhecimento

²² MACHADO, Maria Helena P.T. *Em torno da autonomia escrava*. p. 144

histórico da sociedade brasileira. E ainda os historiadores têm sido desafiados a reavaliar as fontes documentais disponíveis sob novas perspectivas²³.

O objetivo deste trabalho é analisar o tema da escravidão no Rio Grande do Norte através dos três clássicos da historiografia Norte-rio-grandense: História do Estado do Rio Grande do Norte de Rocha Pombo, História do Rio Grande do Norte de Tavares de Lyra, e História do Rio Grande do Norte de Câmara Cascudo. Pretendemos mostrar como cada autor trata o tema em sua obra.

Ao analisar a obra de Rocha Pombo²⁴, "História do Estado do Rio Grande do Norte", escrita em 1922, especialmente ao que se refere a escravidão negra, deparamos com um grande obstáculo: o fato de não encontrar na obra um capítulo referente a escravidão negra. Diante deste problema, o pesquisador tem que se submeter a uma verdadeira garimpagem, ou seja, lendo a obra minuciosamente, recolhe os dados que tenham alguma relação com a escravidão no Rio Grande do Norte. Isso nos leva a acreditar que a omissão do autor deve-se ao fato de ele não dar tanta importância ao tema da escravidão. Apenas no capítulo referente a economia geral do estado é que encontramos algumas evidências da presença escrava. Segundo Rocha Pombo, "todo trabalho realizado das fábricas era feito quasi exclusivamente por braços livres".²⁵

Se o autor fala que o trabalho foi realizado por braços exclusivamente livres, então isso nos leva a crer que houve uma mão-de-obra escrava, de número reduzido, trabalhando conjuntamente com a livre. Nesse capítulo, o autor não cita a presença do escravo negro, falando apenas dos engenhos, do surto econômico do açúcar e do algodão.

²³ Id., *ibid.*, p. 144

²⁴ ENCICLOPÉDIA Barsa. Rocha Pombo, José Francisco da. p. 438. Rocha Pombo era historiador, escritor e filósofo brasileiro. Nasceu em Morretes, no Paraná, em 04 de dezembro de 1857, morreu no Rio Janeiro: 26 - 06 - 1933. Iniciou sua vida como jornalista. Fundou em 1879, em sua cidade natal, o jornal o povo, destinado a propaganda republicana. Mais tarde, organizou um estabelecimento de ensino em Ponta Grossa. Deputado à Assembléia Provincial do Paraná, 1886 - 87, dirigiu em Curitiba dois periódicos. Em 1892, foi do Diário do Comércio. Transferindo-se, em 1897, para o Rio de Janeiro, dedicou-se ao magistério e ao Jornalismo. De 1906 - 17, publicou 10 volumes da História do Brasil, sua obra-prima. Em 1933, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras. Escreveu ainda: Dicionário de Sinônimos; Impressões de Viagens; Contos e Pontos; No Hospício; Compêndio de História da América; História Universal, e outras obras menores para uso didático. Em sua atividade literária, prestigiou o movimento Simbolista, transparecendo as tendências desta escola em seu romance, No Hospício. Dele iniciou a criação da Universidade do Paraná (1912).

²⁵ POMBO, Rocha. *História do Estado do Rio Grande do Norte*. p. 361

Rocha Pombo, quando refere-se à população da província potiguar, afirma: "a população da província em 1826 não passava de 70000 almas" ²⁶, mas não relata o número de homens e mulheres, escravos e libertos, citando apenas o número de estrangeiros.

Na obra "História do Estado do Rio Grande do Norte", não encontramos nada sobre a escravidão negra. No entanto, este livro contém informações úteis e importantes servindo como fonte de pesquisa, havendo notas de rodapé que enriquecem a obra.

Augusto Tavares de Lyra ²⁷ aborda a escravidão negra no Rio Grande do Norte em sua obra "História do Rio Grande do Norte". O desenvolvimento do trabalho escravo é pouco mencionado, dando maior importância ao movimento abolicionista, assunto exposto no capítulo "A Província". O livro possui uma linguagem rebuscada, dando-nos a impressão que o autor tratava a escravidão de forma amena, procurando tornar menos doloroso esse período da nossa história.

No capítulo "A Província" contém vasta informação sobre o movimento abolicionista no Rio Grande do Norte. A ênfase a esse assunto está relacionada com seus valores, pois Tavares de Lyra era um homem público do período republicano, por isso abordar a fase de transição Império para a República e não dar tanta importância à vida e ao trabalho do escravo. Possuía então um caráter elitista e conservador.

O livro "História do Rio Grande do Norte" data de 1921, na qual contém informações sobre a Colônia, a Província e o Estado Norte-rio-grandense.

Cascudo ²⁸ inicia seu discurso sobre a escravidão negra dizendo que "os escravos não era para o Rio Grande do Norte uma determinante econômica

²⁶ Id., *ibid.*, 371

²⁷ LYRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. Tavares de Lyra foi Deputado Federal, Governador do Estado do Rio Grande do Norte, Ministro da Justiça, Senador da República e Líder do Senado, Ministro da Viação e Obras Públicas, duas vezes Ministro interno da Fazenda, Ministro e Presidente do Tribunal de Contas da União. Além de ocupar cargos públicos, era professor e doutor em Direito, historiador, financista e jurista. Lyra possui cerca de 70 publicações, entre livros e folhetos.

²⁸ ENCICLOPÉDIA Barsa. Cascudo, Luis (da) Câmara. p. 152. Folclorista, historiador, etnógrafo e professor brasileiro (Natal - RN 30 - 12 - 1898 - Id. 30 - 7 - 1986). Após abandonar os estudos de Medicina, na Bahia, fez-se jornalista no RN, onde passou a escrever no Jornal do seu pai, "A imprensa". Em 1928 diplomou-se na Faculdade de Direito de Recife, foi professor de Direito Internacional Público e etnografia geral na UFRN. Continuou, todavia, a colaborar em jornais e suplementos, principalmente no Estado de São Paulo. Com a

indispensável ao equilíbrio provinciano. Nunca possuímos escravaria em número elevado nem mesmo compatível com as necessidades da indústria açucareira.²⁹ O autor menciona que "os escravos que aqui chegaram foram mandados para o sertão transformando-se em vaqueiros, cantadores, aclamadores, padrinhos de ioiôs e derrubadores de touro. Estabelecendo uma identidade social pela uniformidade das tarefas iguais para todos, escravos e amos."³⁰ Deixando claro que havia um tipo de relação de cordialidade entre senhor e escravo. Diferente da que aconteceu na Bahia e no Espírito Santo aqui segundo o autor ocorreu de forma "pacífica", longe de ter assumido o caráter violento.

Referindo-se à quantidade de escravos existentes no Rio Grande do Norte, Cascudo é bastante detalhista, traça um panorama da população escrava na região. Segundo o autor, as notas sobre a massa escrava dizem unicamente do século XIX.

Sobre a miscigenação, o autor relata que "para evidenciar a intensidade da mesma, basta lembrar que nos vales açucareiros de São José de Mipibú e Ceará-Mirim onde a população negra fora mais densa e compacta (sic), o elemento melanodermo é mais visível, havendo preponderância de crioulos e mestiços. Para o sertão, o negro não teve a honra de pesar na coloração de maneira sensível."³¹

O movimento abolicionista em outras capitais assumiu um caráter essencialmente urbano, no Rio Grande do Norte não fugiu a regra. Segundo o autor, "a população participou ativamente desse movimento"³². Não só a população mas, uma parte da elite, quando foram fundadas diversas sociedades e associações, espalhadas pela região, em prol da liberdade do escravo, iniciada por Mossoró e em seguida por outros municípios do Rio Grande do Norte. O movimento é bastante explorado pelo autor, contendo bastante informações sobre o assunto, principalmente sobre a frequência com os escravos recebiam sua liberdade. Através

tese "Da intencionalidade do descobrimento do Brasil", conquistou a cadeira de História do Ateneu Norte-riograndense e foi eleito para o Instituto português de Arqueologia, História e Etnologia. Foi membro da Academia de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico.

²⁹ CASCUDO, Luís da câmara. *História do Rio Grande do Norte*. p. 188

³⁰ Id., *ibid.*, p. 44

³¹ Id., *ibid.*, p. 47

³² Id., *ibid.*, p. 190

da "carta de liberdade" concedida ao filho da escrava pelos padrinhos no ato do batismo. Em seguida, a mãe-preta recorria ao cartório e mandava "lançar no assento" a certidão paroquial. Geralmente essas "cartas de liberdade" eram dadas "em lembrança dos serviços" realizados pelo negro³³.

Acreditamos que o autor foi mais um daqueles escritores que desejam exaltar a suavidade da escravidão brasileira, principalmente num ponto comum, onde uma alforria voluntária era experiência comum, que os escravos podiam receber sua liberdade com facilidade. Certamente com aprovação da sociedade, da Igreja e do Governo. Diante do que foi dito, temos apenas afirmações vagas e contraditórias.

O interesse dos estudiosos pela família escrava como objeto de pesquisa é recente. A historiografia sempre atribuiu pequeno significado, baseando-se em alguns pontos como a predominância de escravos masculinos, provocando um desequilíbrio entre os sexos, a baixa fecundidade das escravas; a falta de privacidade, entre outros fatores³⁴. No estudo de Cascudo, não foi encontrada nada sobre a família escrava, apesar de algumas particularidades dos escravos.

A historiografia nunca negou a existência de casais, com filhos e vida familiar durante o regime escravista (...) o que nega é a predominância do tipo de vivência exigido pela família nuclear, conceituada como um grupo constituído de pai, mãe e filhos, vivendo sob o mesmo teto, em caráter privado e permanente³⁵.

Os três clássicos da historiografia norte-rio-grandense não atribuem grande importância ao papel do escravo negro na sociedade brasileira, dando-lhes uma função de figurante, que não interagem no processo histórico. As três obras possuem um caráter conservador e elitista, imbuídas de valores dos seus autores. Rocha Pombo, Tavares de Lyra e Câmara Cascudo seguiam a mesma matriz teórica do século XIX, orientada pelo ideal de construção de um Estado nacional e

³³ Id., *ibid.*, p.192

³⁴ FREITAS, Marcos Cezar de et alii. *Historiografia brasileira em perspectiva*. p.112

³⁵ Id., *ibid.*, p. 113

havendo a predominância da religião católica e da cultura branca, ocidental e europeia.

Os clássicos analisados são obras gerais, que traçam um panorama sobre a história do Rio Grande do Norte, descrevendo fatos e exaltando personagens, desde a fundação de Natal até ao período de sua publicação. Os autores fundamentaram suas pesquisas através das fontes primárias. Não citam de onde retirou-as informações contidas no texto. Rocha Pombo utiliza as notas de rodapé. As poucas citações encontradas nas obras, não especificam os documentos oficiais consultados. Os devem ter feito uma pesquisa bibliográfica para escreverem seus trabalhos. No entanto, não mencionam quais os livros que foram utilizados.

As obras por nós analisadas possuem uma influência positivista. Seus autores apenas descrevem os fatos, não se preocupando em interpretá-los. Buscam a neutralidade científica. Sabemos que um trabalho na área das ciências humanas não existe neutralidade, pois todas as obras estão impregnadas de valores. Além disso, Lyra, Pombo e Cascudo expõem os fatos em uma ordem cronológica, dando importância a datas e nomes de localidades e personagens.

Esses trabalhos são, portanto, esvaziados de conteúdos, pois não apresentam nenhuma proposta de análise lógica, essencial para que se desenvolva a ideia central de determinado assunto que se queira abordar em cada capítulo.

O tema, "escravidão negra no Rio Grande do Norte," tratado por esses historiadores, considerados tradicionais, está desarticulado do contexto da história do nordeste, do mercado nacional e do mercado mundial. Não é abordado o interesse de se vender escravo para acumulação de capital por parte da metrópole (no caso do período colonial). Muito menos tratam da maior ou menor necessidade interna de comprar cativos.

Os três clássicos expõem o tema em questão, mostrando uma sociedade em equilíbrio, com ausência de conflitos sociais. Tavares de Lyra e Rocha Pombo não falam de rebeliões de negros no Rio Grande do Norte. Apenas Câmara Cascudo cita duas insurreições: uma em Goianinha e outra em Papari, informações que retirou do livro de Nestor dos Santos Lima. No entanto, não entra em detalhes, ou

seja, não aborda o assunto mostrando as razões e as conseqüência dessas insurreições.

Ao analisar a visão da escravidão negra no Rio Grande do Norte segundo os clássicos, "História do Estado do Rio Grande do Norte," (Rocha Pombo), "História do Rio Grande do Norte," (Tavares de Lyra), "História do Rio Grande do Norte," (Câmara Cascudo), temos que considerar o ano em que essas obras foram escritas e a historiografia que predominava na época. Tavares de Lyra e Rocha Pombo escreveram suas obras, na década de 1920, período em que a historiografia era essencialmente tradicional. A obra "História do Rio Grande do Norte," de Luis da Câmara Cascudo, remonta ao ano de 1955. Antes desse ano, já havia sido publicados os livros "Casa Grande e Senzala" de Gilberto Freire, "Evolução Política do Brasil" de Caio Prado Júnior e "Raízes do Brasil" de Sérgio Buarque de Holanda. Estes três últimos autores citados escreveram suas obras em um período que se buscava uma identidade brasileira. Cascudo, mesmo convivendo na mesma época que esses autores, optou pela matriz teórica do século XIX.

CONCLUSÃO

A Escravidão Negra no Brasil decorre de sua descoberta pelos portugueses em 1500. Os negros foram trazidos da África para trabalharem na produção açucareira. Antes da chegada dos escravos negros, houve a escravização do índio. A princípio trabalhavam na extração do pau-brasil, fornecendo a madeira para os portugueses. Com isso favoreceu aos lusos o reconhecimento territorial e a exploração econômica do Brasil. Com a implantação do cultivo da cana-de-açúcar no Brasil mão-de-obra indígena foi sendo substituída pela mão-de-obra escrava negra, pois o índio não apresentava condições de trabalho necessárias para o sistema utilizado na colonização do território brasileiro.

A escravidão era um rendoso negócio pois o escravo era mercadoria que se comprava barato e poderia ser vendido mais caro, pois as atividades econômicas exigiam um crescente número de trabalhadores, encontrando na mão-de-obra escrava negra a solução para o problema.

A escravidão negra sustentava a economia brasileira constituindo um dos seus suportes. Durante a colônia predominava a atividade agrícola, tendo a cana-de-açúcar como principal produto. As principais lavouras da cana ocorreram em São Vicente, mas o pólo político e econômico da produção açucareira foi o Nordeste. Principalmente na Bahia e Pernambuco, que desde o século XVI, foi alvo da proliferação dos engenhos, resultando no crescimento do volume de açúcar exportável.

Os escravos negros chegaram ao Rio Grande do Norte por volta do século XVII, provenientes de Pernambuco e destinados ao trabalho nos engenhos (litoral) e nas fazendas de gado (sertão). Nos engenhos o trabalho era mais exaustivo e as formas de controle eram mais rígidas. Nas fazendas de gado o trabalho desempenhado pelo escravo negro era mais leve, constituído por vaqueiro e empregado doméstico. No sertão a escravidão assumiu um caráter bem específico, na medida que havia uma relação entre senhor/escravo bem flexível. Nos

clássicos pesquisados não percebem claramente essa relação. Apenas Cascudo relata, de forma romanceada, a vida do escravo sertanejo.

Tavares de Lyra e Rocha Pombo não falam da ocorrência de insurreições negras no Estado. Somente Cascudo registra uma no município de Goianinha e outra em Papari, esta última foi registrada por Nestor Lima. Cascudo quer passar a idéia de que havia uma harmonia dentro do sistema político econômico e social no Rio Grande do Norte. O escravo constituía parte deste sistema, no entanto, não pode ser visto como mera peça do processo produtivo. Pois deve-se considerar o cativo como ser histórico, capaz de reivindicar sua liberdade.

Os três autores analisados não percebem o negro como ser integrado na estrutura econômica e social do Rio Grande do Norte, atribuindo-o um papel secundário dentro da historiografia potiguar. Atualmente poucos trabalhos estão sendo feitos para recuperar a história dos excluídos. Acreditamos que nos próximos anos esse campo da historiografia seja explorado.

BIBLIOGRAFIA

- ARBOCZ, J. J. L. *Ensaio sobre a história econômica do Rio Grande do Norte*. Natal: UFRN / Ed. Universitária, 1986.
- CASCUDO, Luis da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Fundação José Augusto, Rio de Janeiro: Achiamé, 1955.
- COSTA, Emília Viotte da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 4. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1982.
- ENCICLOPÉDIA Barsa. Rio de Janeiro: Enciclopédia Britânica do Brasil, 1995. v.5: Cascudo, Luis da Câmara.
- _____. Rio de Janeiro: Enciclopédia Britânica do Brasil, 1995. v.13: Rocha Pombo, José Francisco da.
- FREITAS, Marcos Cezar de. et ali. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- GOULART, Maurício. *A escravidão africana no Brasil: das origens a extinção do tráfico*. 3. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- GRAHAM, Richard. *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- LIMA, José Ayrton de. *A escravidão negra no Rio Grande do Norte*. Natal: Cooperativa dos Jornalistas de Natal, 1988.
- LYRA, A. Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. 2. ed. Brasília: Fundação José Augusto, 1998.
- MACHADO, Maria Helena P.T. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história da escravidão. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v.8, n.16, MAR/AGO. 1998.
- MATTOS, Maria Regina M. Furtado. Os trabalhadores do sertão do seridó (RN) na Segunda metade do século. *História*, Natal: UFRN/FUNPEC, v. 2. dez. 1988.

- _____. *Vila do Príncipe (1850 - 1890) Sertão do Seridó: um estudo de caso da pobreza*. Niterói, 1985, Dissertação (Mestrado em História) - UFRN.
- MEDEIROS, Tarcísio. O negro escravo: da etnia a abolição e os remanescentes de sua aculturação no Rio Grande do Norte. *História* - UFRN, Natal: CCHLA/FUNPEC/ Departamento de História, n.2. dez. 1988.
- MENDES JUNIOR, Antônio, RONCARI, Luiz, MARANHÃO, Ricardo. *Brasil História: texto e consulta*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1979. V.1, Colônia.
- _____. *Brasil História: texto e consulta*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1979. V.2, Império.
- ROCHA POMBO. *História do Estado do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, Porto: Renascença Portuguesa, 1922.
- PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 35.ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. *Formação do Brasil contemporâneo*. 15.ed. São Paulo: Brasiliense, 1977. Colônia.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Ática, 1987.
- SANTOS, Paulo Pereira dos. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte (Do século XVI ao século XX)*. Natal: Clima, 1985.
- SUASSUNA, Luiz Eduardo B, MARIZ, Marlene da Silva. *História do Rio Grande do Norte Colonial (1597 - 1855)*. Natal: Natal Editora, 1997.